

O uso do espaço público da praça: considerações sobre a atuação do terapeuta ocupacional social

Marina Jorge da Silva^a , Marina Leandrini Oliveira^{b,c} , Ana Paula Serrata Malfitano^a 

^aDepartamento de Terapia Ocupacional, Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, São Carlos, SP, Brasil.

^bDepartamento de Terapia Ocupacional, Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM, Uberaba, MG, Brasil.

^cUniversidade Federal de São Carlos – UFSCar, São Carlos, SP, Brasil.

Resumo: Este trabalho apresenta, sob a forma de um relato de experiência, a proposta que vem sendo realizada desde 2015 como atividade de ensino, pesquisa e extensão em terapia ocupacional social para alunos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Partindo da proposta de trabalho com a juventude pobre urbana no município de São Carlos, articuladas ao Programa METUIA, que realiza ações de extensão naquela região desde 2005; têm sido realizadas, semanalmente, Oficinas de Atividades, Dinâmicas e Projetos, com vistas à promoção de espaços de convivência e sociabilidade em uma praça pública. O trabalho utilizou-se metodologicamente de análises advindas da objetivação participante, durante o processo das oficinas, registrada por meio de produções de relatórios acadêmicos e diários de campo, associadas a entrevistas realizadas com os participantes. Os resultados têm apontado o uso de espaços públicos como uma possibilidade de estratégia do trabalho territorial e comunitário com a juventude. Conclui-se que as praças podem se configurar como um local de convivência comunitária e um dos elementos na constituição de redes de suporte social para a juventude daquele bairro.

Palavras-chave: *Terapia Ocupacional Social, Extensão Comunitária, Ação Comunitária, Juventude.*

The utilization of public squares: considerations on the action of the social occupational therapist

Abstract: This work presents, as an experience report, the proposal which has been presented since 2015 as teaching, research and extension activity in social occupational therapy for undergraduate and graduate students from the Federal University of São Carlos – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Starting from the proposal of working with poor young people from the urban area of São Carlos city, connected to the METUIA Program, which performs an extension program in such region since 2005, we weekly performed Workshops, Dynamics and Projects with the purpose of promoting spaces for interaction and socialization in a public square. The work methodologically used analyses from the participant objectivation at the workshops process, recorded through the production of academic papers and field journals, along with interviews made with participants. The results have shown the use of public spaces as a strategical possibility for the territorial and community work with the youth. The conclusion is that the squares can be a place for living and one of the elements on the constitution of social support networks for the young people from that neighborhood.

Keywords: *Social Occupational Therapy, Community-Institutional Relationship, Community Participation, Youth.*

Autor para correspondência: Marina Jorge da Silva, Laboratório METUIA, Departamento de Terapia Ocupacional, Universidade Federal de São Carlos, Rod. Washington Luís, Km 235, CEP 13565-905, São Carlos, SP, Brasil, e-mail: mahjorge@gmail.com

Recebido em Jul. 4, 2018; 1ª Revisão em Ago. 27, 2018; Aceito em Dez. 19, 2018.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

1 Introdução

As praças têm se constituído como objeto de estudo de diversas áreas do conhecimento e historicamente têm sido interpretadas sob diferentes perspectivas. Desde uma apreensão mais objetiva e territorial para referendar pontos de encontros (ALEX, 2008), até uma perspectiva mais sociológica, que coloca as praças como espaço político, utilizado para abrigar debates e discussões sobre a organização da vida pública, fazendo-se, inclusive, palco de muitas manifestações sociais e movimentos de lutas emancipatórias (GOHN, 2013).

Também reconhecidas com a função de integração e sociabilidade, as praças foram se constituindo como central na construção do espaço urbano e da vida pública (VIERO; BARBOSA FILHO, 2009; ALEX, 2008). Para Alex (2008), a principal característica que confere às praças esse estatuto liga-se, diretamente, à sua abertura e acesso para diferentes pessoas e grupos que, pelo uso daquilo que é comum, fomentam acontecimentos e práticas sociais. Como apresenta Calligaris (2011), é na partilha de espaços que se promove o diálogo e a criação ou reconhecimento de pautas comuns de interesse coletivo.

Para Arendt (2005), os espaços de vivência e convivência social atribuem à pluralidade humana as possibilidades do exercício legítimo da convivência democrática e do debate para a construção do “bem comum” e efetivo exercício de cidadania. Assim, parte-se da leitura das praças como uma dimensão significativa da vida social dos sujeitos, coletivos e grupos sociais e como “[...] lócus de excelência do espaço público para o exercício da cidadania” (GOHN, 2013, p. 203).

De acordo com Milton Santos (1998) é impossível imaginar uma cidadania concreta separada de um componente territorial, pois, o espaço reproduz a totalidade social, modificando e sendo modificado pelos sujeitos e relações sociais. Assim, Santos (1998) apresenta o território e seu uso (dinâmica territorial) como significativos na composição de contornos para produção e reprodução da vida, ou seja, o autor considera que as dimensões sociais, como a classe social, dentre outros marcadores, incidem sobre as experiências dos sujeitos, estando fortemente atrelados ao seu local de vida.

Dessa forma, vale resgatar que a realidade social se projeta de diferentes formas sobre as vidas dos sujeitos individuais e coletivos, inclusive ampliando ou reduzindo suas possibilidades de exercício de cidadania e participação social. Nesta direção,

ênfata-se também a dimensão espacial na reprodução da sociedade, na perspectiva que “[...] o espaço, sua materialidade e as significações que se constroem desta materialidade são expressão da sociedade” (SILVA, 2010, p. 28).

Considerando a pertinência deste debate para a terapia ocupacional social (MUNGUBA; MALFITANO; LOPES, 2018), à medida que esta relaciona cidadania e direitos como categoriais essenciais no trabalho junto a grupos em situação de vulnerabilidade social (LOPES, 2016), propõe-se, a partir das atividades realizadas pelo núcleo da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) do projeto METUIA¹ (METUIA/UFSCar), o relato de uma experiência de ensino, pesquisa e extensão em uma praça pública na periferia do município de São Carlos, SP. As atividades naquela região ocorrem desde 2005, sendo que, aqui, centram-se naquelas realizadas em uma praça pública, desde o ano de 2015, buscando discutir o uso de espaços públicos na criação de estratégias de intervenção com jovens em situação de vulnerabilidade social.

2 Aproximando

O Projeto METUIA/UFSCar realiza, há 13 anos, intervenções sociais com jovens pobres urbanos em São Carlos, SP (LOPES et al., 2008), em uma região constituída por bairros estigmatizados pelos seus índices de violência, tráfico de drogas e pelas condições de infraestrutura precarizadas, como o acesso da população aos equipamentos da rede pública de serviços sociais (ROSA, 2008; SOUZA, 2010).

Naquele contexto, coloca-se em pauta um duplo lugar de fragilidade ocupada socialmente pela juventude local: a própria condição juvenil que, pelo imaginário social, é associada a “problema” e “rebeldia” (DEBERT, 2010), e a situação de vulnerabilidade social e territorial em que vivem. Quando essas condições aparecem associadas à vivência de certos sujeitos sociais, geram-se estigmas que podem impactar, negativamente, as possibilidades de vivências de circulação, participação social e efetivo exercício de sua cidadania, levando-os, muitas vezes, a uma situação de rupturas da participação social.

Assim, visando ao enfrentamento dos impactos que essas situações produzem sobre as possibilidades de vivência juvenil, o METUIA/UFSCar tem empreendido ações coletivas, principalmente sob a oferta de Oficinas de Atividades, Dinâmicas e Projetos. As Oficinas utilizam atividades diversas, como um

[...] recurso mediador do trabalho de aproximação, acompanhamento, apreensão das demandas e fortalecimento dos sujeitos individuais e coletivos, para os quais direciona sua ação (LOPES et al., 2014, p. 595).

Dessa maneira, lança-se mão de atividades dramáticas, plásticas e lúdicas, cujos objetivos estão parametrizados pelas noções de cidadania, de direitos/deveres e da participação democrática (LOPES et al., 2014).

As Oficinas ocorrem em espaços públicos de diferentes naturezas, como uma escola pública estadual, um espaço de lazer e convivência denominado Centro de Juventude (CJ) e equipamentos socioassistenciais como um Centro Comunitário, que posteriormente foi transformado em um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), e uma Estação Comunitária (ECO), todos presentes naquela região da cidade (LOPES et al., 2014).

A proposta de estar e transitar por diferentes espaços do mesmo território foi sendo construída como possibilidade de aproximação com um maior contingente e diversidade de jovens e de modos de ser jovem, pois, a depender de vários aspectos como gênero, trabalho, noção de pertencimento, entre outros, existem diferenças na circulação e usos do espaço urbano. Dessa maneira, vislumbrava-se uma aproximação junto aos jovens que não se ligavam a um serviço/equipamento, pensando-se na possibilidade de intervenção em outros espaços públicos.

Para operacionalizar esta estratégia, por algumas semanas circulou-se pelo bairro buscando identificar espaços que pudessem acolher a proposição de realização de oficinas sem um contorno institucional. Nesse exercício, a equipe conversou com vários moradores que ajudaram a identificar uma praça como espaço de grande trânsito das pessoas, dado seu lugar de centralidade na constituição tanto geográfica quanto histórica do bairro, por trata-se do espaço onde se deu a construção das primeiras moradias ali (ROSA, 2008).

3 Conhecendo

A espaço sugerido pelos moradores para realização das atividades localiza-se justamente na divisa com uma imensa área verde, sendo circunscrita na frente por uma rua, nas laterais por casas e atrás por um barranco, conhecido pelos moradores como “buracão”, um local de preservação ambiental (CAMPOS et al., 2003) (Figura 1).

Quando da chegada da nossa equipe (uma docente, duas estagiárias e quatro alunas em prática supervisionada de observação), deparou-se com uma realidade que não havia árvores, com exceção de duas

mudas ainda em processo de crescimento. Os bancos, mesas e brinquedos se mostravam destruídos pelo tempo e pela ação humana, e o que parecia faltar em investimentos para qualificação do espaço, parecia sobrar em lixo jogado pelo gramado, igualmente sem manutenção.

Na aproximação com a realidade vivida naquele espaço, a equipe foi identificando que a praça era utilizada como espaço de trabalho informal – como a venda de salgados; de trabalho ilegal – como a venda de drogas; como recreação, particularmente para as crianças, no período noturno; e, ainda, como ponto de encontro de pessoas do bairro nos finais de semana, para churrasco e confraternizações. É possível dizer que o espaço da praça, antes do início das oficinas, já abrigava uma circulação importante de alguns moradores do bairro.

Diante disso, contrapondo-se a uma função quase “natural” do espaço público, como posto por Alex (2008), parece apropriado identificar que algumas funções que o espaço adquire no território pautam-se na

[...] organização e modo de funcionamento da vida social como ponto de partida e de chegada, constituídos por reciprocidades relacionais, e práticas que as propiciam e as geram. Trata-se do conceito de prática social (PEDROSO, 2013, p. 66).

Por isso, considera-se essencial pautar a correspondência entre o espaço territorial e social, inclusive no que tange à produção e reprodução de estigmas relativos às características do espaço, estendendo-as, por associação, aos seus moradores. Entendendo que a organização daquele território urbano se faz reflexo de uma organização social mais ampla, com suas contradições e conflitos, coloca-se esse apontamento como central, compartilhando com Rosa (2008) a compreensão da necessidade de uma vigilância para que os trabalhos produzidos



Figura 1. A praça: ponto de encontro e espaço de intervenção. Fonte: Acervo METUIA/UFScar.

sobre territórios estigmatizados não recaiam, em sua constituição, sobre uma base e uma reflexão deterministas.

Dessa maneira, cabe destacar que as dificuldades observadas e experimentadas naquele território passam por questões que não lhes são específicas; antes, se fazem retrato de condições mais generalizáveis, derivadas diretamente da realidade material dos indivíduos, quando poderiam ser abordadas pela não-integração social de amplos segmentos da sociedade urbana; sendo atravessadas, dentro e fora do bairro, pelos processos de fragilização e ruptura dos vínculos sociais, como explanado por Castel (1994).

Assim, retomando Arendt (2005) e o destaque da autora para os espaços de sociabilidades diversas, entre sujeitos plurais, reconheceu-se naquela praça a potência de constituição de um espaço público ou, com base na autora, eminentemente político. Deu-se início, então, a visitas e realização de atividades regulares, percurso que se descreve a seguir.

Para a descrição deste relato utilizou-se metodologicamente de análises advindas da objetivação participante, durante o processo das oficinas, registrada por meio de produções de relatórios acadêmicos e diários de campo, associadas a entrevistas realizadas com alguns moradores cujos excertos são destacados ao longo do texto.

4 Histórico das Ações

4.1 2015: conhecendo a praça e as dinâmicas do território

Ao chegar à praça, utilizou-se como ponto de encontro a sombra de uma das árvores. A equipe se apresentava a quem por ali estava e, em seguida, passava a colocar cartazes cujos conteúdos diziam a proposta para o dia, abrindo, também, a possibilidade de aproximação de mais pessoas que, curiosas, chegavam para conferir quem eram e o que faziam as pessoas ali.

Cabe aqui mencionar que o vínculo com aquela comunidade, por meio dos trabalhos realizados pela equipe METUIA/UFSCar (LOPES et al., 2008), favoreceu os modos de estar naquela praça, possibilitando maior proximidade com os moradores, e fornecendo elementos de/para partilha e apresentação de propostas, ou, em outras palavras, condições favoráveis para o estar na praça e a consecução da proposta. Apropriando-se de um vínculo pré-estabelecido com o METUIA/UFSCar, a equipe e o novo local de desenvolvimento das

Oficinas foram compreendidos pelos moradores como uma continuidade das ações de longa data que ali se estabeleceram.

No período inicial das ações na praça, foi possível perceber uma circulação mais frequente dos jovens pelo bairro no período da tarde e/ou noite. Durante a manhã, os que não estavam na escola, estavam trabalhando - geralmente em trabalhos informais como a entrega de panfletos e o preparo de garrafas pet para a reciclagem -, ou ainda, conforme relato dos demais moradores, dormindo, por ter passado a noite em trabalhos ilegais, como o embalamento e/ou comercialização de drogas. Esse aspecto direcionou a oferta das ações sempre para o período da tarde ou fim de tarde/início da noite.

Como estratégia de aproximação, iniciou-se a organização de rodas de conversa semanais para saber mais sobre a constituição do bairro e as impressões dos moradores sobre aquele território. Embora a proposta fosse (e siga sendo) prioritariamente voltada à juventude, o resgate da história do bairro foi criando uma circulação que, necessariamente, passava pelo relato e resgate da memória dos moradores mais velhos, sendo a principal fonte a narração oral. Criou-se, dessa forma, uma dinâmica em que os jovens faziam pequenas entrevistas, buscando saber quem eram os moradores mais velhos, como viviam e como se constituiu aquele território há tempos atrás, quando da sua formação inicial, no fim da década de 1970 (ROSA, 2008). Essa dinâmica passou, inclusive, pelo resgate de imagens antigas do bairro e a reprodução dessas imagens no momento e cenário atual (Figura 2).

Esse processo foi favorecendo que a equipe começasse a ser identificada pela forma de circular em busca das histórias e, dessa forma, foi-se desenhando a proposta para aquele espaço e seus frequentadores e passou-se a realizar três encontros



Figura 2. Resgatando narrativas sobre o território. Fonte: Fotografia por Maria Luiza Toledo Ferraz, cedida em direitos ao acervo do METUIA/UFSCar.

semanais, sob a forma de Oficinas de Atividades, Dinâmicas e Projetos.

Com a duração de três horas, as Oficinas tinham/têm como proposta o uso da primeira hora para a “chegada”: conversas livres e resgate do encontro anterior, seguida de duas horas para a execução de uma atividade/dinâmica e sua discussão e, por fim, o momento da finalização, também destinado à livre convivência e despedidas. Esses momentos que antecediam e sucediam as oficinas, mostraram-se muito potentes e favoráveis à experimentação de um espaço de trocas e sociabilidade, à semelhança do esperado com a proposição das Oficinas pela terapia ocupacional social (LOPES et al., 2014). Com isso, destaca-se a potência da proposição desse dispositivo no espaço público da praça, no sentido de um estímulo extra no que tange a proporcionar a possibilidade de qualificação daquele espaço público por meio das relações ali estabelecidas.

No ano de 2015, como dito, optou-se por conhecer um pouco mais a história do bairro, na proposição de trabalho com a temática “Identidade e Memória”. Partindo do foco no território e do entendimento de que a construção de identidades sociais juvenis, individuais e coletivas, conectam-se diretamente à história da constituição daquele lugar, pôde-se discutir, por exemplo, sobre os impactos que ser/estar naquele território produz sobre a vida dos sujeitos, como quando um dos jovens referiu medo de transitar por espaços fora do bairro. Quando questionado sobre seus motivos, alegou que:

[...] *descia lá* [referindo-se ao centro da cidade] *os cara* [polícia] *pegava, era esculacho, era borrachada... falava: “vai fazer o que lá?”.* *Entendeu dona? Eu tinha medo de ser confundido, queria comprar alguma coisa e pensava “vão me julgar”,medo de tudo! Não conhecia! Tinha medo de tudo, o Gonzaga era tudo pra mim...* (Morador 1).

Por meio desse relato parece haver uma forte vinculação dos jovens àquele território, aspecto desejável na constituição dos processos identitários. No entanto, essa identificação com o local de vida parece se efetivar diante de um limite de circulação pela cidade, excluindo outras possibilidades de existência e referenciais, inclusive para dentro do próprio território urbano.

Pereira e Malfitano (2014), discutindo a circulação de alguns jovens desta mesma região da cidade a que se refere a experiência em tela, apontam o impedimento de circulação dos jovens pobres de periferia e sua circunscrição em espaços de troca social restritos ao seu próprio bairro ou entorno,

mas, igualmente periféricos. Dessa forma ficam impossibilitados de vivenciar outros convívios e sociabilidades que se realizam em outros espaços. Portanto, faz-se necessário conhecer as relações que são estabelecidas com e no território, como as redes de apoio e solidariedade ali firmadas, bem como as interconexões daquele território com os demais espaços da cidade.

A limitação de circulação daqueles jovens pelo seu bairro e pela cidade pode ser pensada à luz de Gomide (2006), para quem as questões de mobilidade urbana dos mais pobres deflagram e reforçam o fenômeno da desigualdade de oportunidades e da segregação espacial que incidem sobre alguns grupos. Para a autora, “[...] os principais impactos desta situação são sentidos sobre as atividades sociais básicas: trabalho, educação e lazer” (GOMIDE, 2006, p. 244), sendo possível estabelecer correlações entre os impactos sobre as “atividades sociais” dos sujeitos e a perpetuação de sua condição de vulnerabilidade social.

Tais aspectos poderiam ser interpretados como suficientemente relevantes para a discussão das possibilidades de atuação do terapeuta ocupacional, dado sua atenção a aspectos do cotidiano dos sujeitos. No entanto, identifica-se também o fomento a uma maior participação e circulação social como possibilidade de enfrentamento de desvantagens sociais, objeto de intervenção do terapeuta ocupacional social, seja na promoção de acesso aos espaços públicos como direito de cidadão, na reflexão sobre os desdobramentos disso sobre a articulação de redes, pessoas e serviços, ou ainda, sobre a valorização das identidades individuais e coletivas dos sujeitos (MALFITANO, 2005).

Partindo dessa leitura, aponta-se a necessidade de o terapeuta ocupacional social planejar e executar atividades orientadas para facilitação do acesso a experiências de diversas ordens, favorecendo a circulação no território e em diferentes espaços socialmente significativos e acessíveis, para a criação de espaços de convivência.

Nesta direção, observou-se a participação de algumas jovens e sua circulação naquela praça somente no período das Oficinas. Quando questionadas sobre isso, responderam que, em geral, não havia o que fazer ali. Com exemplos como este, salienta-se a possibilidade de discutir a relação entre a intervenção terapêutico-ocupacional com o espaço público da praça, como uma importante instância social que pode interferir na dinâmica local.

Há também que se pensar o quanto questões como a circulação e o pertencimento são quesitos ainda frágeis em se tratando da juventude pobre como

grupo populacional específico. Como assinalam Mendes e Torres (2011), a condição da pobreza vivenciada pelos jovens afeta o uso, a circulação e a apropriação dos espaços da cidade. É nesse sentido que a discussão de acesso aos territórios, seja do próprio bairro, seja da cidade, ganha relevância.

Tomando o território como um espaço de múltiplas potencialidades, onde se produzem saberes sobre a vida, formas de ser e estar no mundo (SANTOS, 1998), entende-se que nele se dão relações e construções coletivas, identitárias e subjetivas que se delineiam a partir dos diferentes usos que os sujeitos fazem daqueles espaços. Estar de formas distintas nos locais já conhecidos e/ou estar em espaços diferentes/novos, parece trazer outras possibilidades aos sujeitos, como, por exemplo, o sentimento de estar apto a novas experiências. Essa ideia é trazida pelo morador 2, quando questionado sobre o significado de participar das Oficinas:

J - Ah, significa que tipo, ah, não sei explicar...significa bastante na verdade sabe!? Eu só não sei explicar assim... Com detalhes...

TO - Mas você acha que é positivo, negativo?

J - Com certeza positivo! Porque me ajudou bastante, então... É com certeza positivo...

TO - E quando você fala “me ajudou bastante”, poderia me dar um exemplo do que te ajudou?

J - Ah, me ajudou a acreditar em uma coisa que eu achava que não conseguia, me ajudou a mudar minha cabeça [...], me ajudou a conhecer coisas que eu não conhecia, coisas que eu não achava que ia conhecer... (Morador 2).

Entendendo a convivência e vínculos como “[...] atributos da condição humana e da vida moderna, que se dá entre sujeitos de direito que se constituem à medida que se relacionam” (BRASIL, 2017, p. 19), as situações de convivência são tomadas como oportunidades que precisam ser criadas, preparadas e experienciadas. A convivência se materializa pelos encontros, conversações e fazeres, que podem ser instrumentalizados por estratégias como: escuta, postura de valorização/reconhecimento, situações de produção coletiva, favorecimento e apresentação do exercício de escolhas e decisões individuais e coletivas, experiência de diálogo em situação de conflitos e divergências, entre outras.

Com essa leitura, é possível dizer também da potência das oficinas na praça em se constituírem em espaços para a criação e fortalecimento da convivência e ressignificação de aspectos cotidianos da vida daqueles sujeitos, a partir da partilha de outros referenciais.

Na direção de ampliação dos referenciais, apresenta-se a estratégia de organização de algumas atividades em outros espaços como pontos de cultura e lazer (visita ao Serviço Social do Comércio - SESC, sorveteria, trilhas) e espaços de formação acadêmica e/ou qualificação profissional (Universidade), lugares que muitos desconheciam. Acredita-se que a experimentação, o conhecimento e o reconhecimento de outros espaços públicos por meio de visitas e/ou passeios, além de proporcionar circulação na cidade, podem se constituir como

[...] estratégias para se aproximar das formas de trânsito e de impedimento à circulação pelos espaços públicos e sociais, assim como as suas vivências em seus dramas cotidianos (PEREIRA; MALFITANO, 2014, p. 28).

Dessa forma, evidencia-se a necessidade de refletir sobre as marcas dessas restrições sobre a vida juvenil tecida nos bairros periféricos, como assinalam Pereira e Malfitano (2014). Nessa perspectiva se foi delineando a continuidade das propostas, desenvolvidas no ano de 2016 (Figura 3).

4.2 2016: desenhando possibilidades

Notou-se, no ano anterior, que as pessoas ali pareciam não reconhecer aspectos positivos em relação ao seu espaço de vida, ou mesmo em relação a si próprios. Um dos moradores ilustrou esta percepção quando relatou que a única coisa boa que vislumbrava em relação ao bairro era a possibilidade de sair dele. Com estas informações, optou-se pela discussão de elementos como a noção de pertencimento daqueles sujeitos e da autovalorização e/ou valorização do bairro.

Assim, no ano de 2016, buscou-se identificar com os moradores aspectos tidos como bonitos, agradáveis e interessantes naquele bairro e que pudessem servir de referência para promover pertencimento e valorização pessoal e coletiva.



Figura 3. Realização de passeio na UFSCar como estratégia de ampliação de repertório e circulação pela cidade. Fonte: Acervo METUIA/UFSCar.

Mantendo a duração e frequência das oficinas, optou-se por uma mudança de estratégia, propondo a circulação das Oficinas pelo bairro, a partir da guia dos jovens moradores, na busca ativa por aspectos “positivos”. Foram realizados de piqueniques e passeios por lugares dentro do próprio bairro, utilizando majoritariamente a fotografia como recurso para conhecimento/reconhecimento daquele local. Munidos de uma câmera digital, os jovens se revezavam em busca daquilo que lhes parecia mais motivador naquele território, tendo sido interessante notar os registros de belezas naturais, de pessoas e até espaços institucionais. Cada qual revelava sua visão e seus interesses, constituindo elementos para a discussão sobre como é ser parte daquele espaço.

Essas conversas se desdobraram em discussões sobre identidade, pertencimento e corresponsabilização pelo território, além de favorecer uma inversão de papéis. Ao se fazerem guias da equipe os jovens podiam experimentar um lugar de saber, o qual muitas vezes lhes era desconhecido (LOPES et al., 2014).

Entende-se que, quanto maior a identificação com seu espaço de vida, mais o sujeito reconhece aquele lugar como seu, construindo, a partir daí, elementos para estruturar a sua relação com o espaço e com as pessoas com quem o partilha. Isto pode gerar um incremento ao sentimento de pertencimento comunitário, como quando se apresentam, orgulhosos, como sendo da “quebrada”, ou partilham um vocabulário particular ou, ainda, quando uma das jovens moradoras reflete sobre a influência de ter participado de projetos sociais, inclusive o METUIA/UFSCar e suas ações na praça, sobre sua formação:

TO - Você acha que a influência dos projetos sociais seja mais individual, então?

N. - Não só individual como no coletivo... eu quero melhoria pra mim, mas também quero melhoria pra quem está do meu lado, e quem sabe, assim, se formaria uma corrente e hoje tudo seria melhor?! (Moradora 3).

Tomando por premissa a compreensão que as histórias de vida, as representações e as práticas sociais e culturais são construções imbricadas, ou seja, que o sujeito individual não pode ser separado do sujeito coletivo, inclusive porque partilha com esse coletivo “[...] saberes e fazeres constituídos e constituintes de sua história e cultura” (NEVES; MACEDO, 2015, p. 407), nota-se a validade do tensionamento de um diálogo sobre o pertencimento à uma comunidade e os debates sobre as formações individuais.

Sob a compreensão da jovem, pode-se dizer que as intervenções se desdobram na perspectiva da construção de redes de solidariedade, em uma qualificação dos espaços de sociabilidade. Dessa forma, a ação do terapeuta ocupacional na praça pode se ampliar para além da legitimação da praça para o convívio e a sociabilidade, características associadas ao espaço territorial da praça (ALEX, 2008); acredita-se na possibilidade de qualificação desses aspectos por meio da mediação técnica das relações entre os sujeitos e deles com os espaços, pois, como posto por Lafer (1997), o acesso ao espaço público permite a construção de um mundo comum.

4.3 2017: ampliando repertórios

As oficinas seguiram, em 2017, mantendo a frequência e duração das ações na praça. Como relatado, das vivências do ano anterior emergiram proposições atreladas ao processo de pensar sobre o pertencimento dos jovens nas oficinas e no bairro e a necessidade de ampliar essa discussão para a cidade, buscando conhecer algumas dinâmicas dos moradores em relação aos usos dos espaços públicos para além do bairro. Assim, os encontros durante o ano de 2017 tiveram como proposta temática para discussão o espaço público, desde sua conceitualização até a identificação de possibilidade para sua efetivação, fortalecimento e qualificação.

Inicialmente se propôs o reconhecimento dos espaços públicos do bairro e, posteriormente, se ampliou a temática para a cidade. Como ilustração deste processo, foi construída uma maquete do bairro ao longo de seis semanas, com a participação dos jovens que compuseram, coletivamente, conceitualizações sobre espaços públicos, sua identificação, e seus usos (Figura 4).

No exercício do mapeamento dos espaços públicos foi impressionante o número de praças que foram, sucessivamente, aparecendo; talvez, a realização da atividade na praça, de certa forma favoreceu a identificação de espaços semelhantes e, quiçá, o reconhecimento desses espaços como sinônimo de espaço público e coletivo.

Interessante foi observar o quanto a participação em projetos sócio-assistenciais e em serviços públicos da rede de saúde e educação, principalmente, parece ampliar as possibilidades de circulação daqueles jovens. Diversos dos lugares apontados por eles foram visitados junto a esses serviços, sendo que o METUIA/UFSCar também foi listado como um projeto que fomenta o acesso a outros espaços para os moradores dali.



Figura 4. Mapeando espaços conhecidos e utilizados pelos jovens. Fonte: Acervo METUIA/UFSCar.

A realização desta atividade partiu de algumas compreensões que favoreceram as mediações das discussões nas oficinas sobre os espaços públicos. Entre elas, destacam-se:

- 1) O reconhecimento e a acolhida das questões trazidas por aqueles jovens como legítimas, na identificação da juventude como uma fase com valor em si mesma (DAYRELL, 2003), constituinte da pluralidade inerente ao espaço público e, por conseguinte, sujeita do direito a ter direitos (ARENDDT, 2005);
- 2) O reconhecimento de que são sujeitos dotados de possibilidade de participação e contribuição no debate coletivo sobre as demandas e necessidades coletivas, bem como das proposições do que se constitui ou pode vir a se constituir como “bem comum”. Em suma, pode-se dizer sobre o reconhecimento e a legitimação do exercício de uma efetiva cidadania, de fazer-se ator no espaço público e na produção da política (ARENDDT, 2005).

4.4 2018: apontamentos

Por fim, para o ano de 2018, tem-se buscado atividades que favoreçam o uso do espaço público, o que tem caminhado para a discussão acerca da qualificação da praça e de elementos para transformá-la em um local mais adequado, salubre e esteticamente agradável.

Visto que, no ano anterior, de forma recorrente, os frequentadores trouxeram como demanda um projeto para revitalização daquele espaço urbano, tem se organizado uma proposta de articulação de redes colaborativas para esse fim, sob a perspectiva de que a qualificação do espaço traga contribuições ao fomento do seu uso como espaço de convivência para todos.

Aliás, cabe, ainda, destacar uma experiência anterior, realizada em 2013 pela equipe do METUIA/UFSCar, construída nessa mesma direção. De caráter mais pontual, conforme o relato de Silva e Souza (2016), por meio da circulação com os jovens pelo bairro – em atividade ligada às oficinas realizadas no Centro da Juventude – foi identificada pelos jovens a necessidade de desenvolver ações que fizessem frente ao estado de degradação daquela mesma praça. Dessa forma, foram realizadas algumas oficinas com a proposta de limpeza do local e plantio de algumas mudas de árvore. Foi notado, a partir dessa intervenção territorial, uma maior apropriação daquele espaço por parte dos moradores, que passaram não só a ocupar mais a praça, como também passaram a discutir outras possibilidades de ação nela como, por exemplo, a grafiteagem dos muros do seu entorno e a pintura do chão com jogos para as crianças (SILVA; SOUZA, 2016).

É, pois, por meio dessas experiências relatadas que se tem buscado constituir elementos para a articulação teórico-prática do uso do espaço público de uma praça como local de aproximação, vinculação e realização de projetos com a população local. Busca-se a constituição de um espaço de convivência para todos, na admissão da centralidade dos espaços como as praças na dinâmica da vida social (VIERO; BARBOSA FILHO, 2009). Compreende-se que o desafio desta experiência está no

[...] alargamento do seu espaço na esfera pública, da ampliação da igualdade e do reconhecimento das diferenças, para que se produzam mais participação com mais liberdade, e mais autonomia com mais solidariedade (LOPES et al., 2014, p. 600).

5 Considerações Finais

Sabendo que a terapia ocupacional social se funda e fundamenta na direção da ampliação da igualdade e reconhecimento das diferenças, com vistas ao fomento de participação social, cabe destacar que o espaço da praça se mostra promissor nesse sentido, permitindo encontros, experiências e práticas coletivas entre distintos grupos (LOPES et al., 2014).

Considera-se que a terapia ocupacional social pode atuar como possível agente de produção e fortalecimento de espaços públicos, como a praça. Pela nossa experiência, defende-se a ação técnica como instrumento para a apropriação daquela praça pelos jovens moradores, como espaço público, de convivência com a diversidade, fomentando um *lôcus* de participação por meio da ação no território.

Assim, este relato se propôs a incitar reflexões que se coloquem a tarefa de discutir o espaço público como uma das dimensões da ação e da reflexão do terapeuta ocupacional social. Reforça-se a hipótese de que é na aproximação e na interlocução com estes espaços que a ação técnica consegue delinear tecnologias sociais que favoreçam a democratização e a problematização de formas de enfrentamento à situação de vulnerabilidade social a que estão submetidos os sujeitos em situação de vulnerabilidade social.

A experiência apresentada ilustra possibilidades para um campo de prática em construção que desafia, provoca e desloca a centralidade de práticas profissionais para espaços públicos não diretamente institucionalizados, o que se mostrou potente para a construção de relações próximas e horizontais na realidade concreta de vida das pessoas. Desta forma, se conclui que a praça é um espaço público potencial para a ação territorial em terapia ocupacional.

Agradecimentos

Nossos agradecimentos especiais às professoras Roseli Esquerdo Lopes e Lívia Celegati Pan, da equipe METUIA/UFSCar, pela parceria e co-construção do campo aqui relatado. Esta atividade só é possível pela sua integração ao Programa METUIA, na nossa construção conjunta e solidária no trabalho. Agradecemos também aos alunos de graduação e pós-graduação em Terapia Ocupacional da UFSCar e aqueles de mobilidade estudantil da Argentina e Chile. Agradecemos ainda à fotógrafa Maria Luiza Toledo Ferraz, que, em uma ocasião, indo voluntariamente ao território para conhecer nosso trabalho, fez lindos registros e nos cedeu os direitos para uso e divulgação.

Referências

- ALEX, S. *Projeto da Praça: convívio e exclusão no espaço público*. São Paulo: Editora SENAC, 2008.
- ARENDRT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. *Concepção de convivência e fortalecimento de vínculos*. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/concepcao_fortalecimento_vinculos.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2018.
- CALLIGARIS, C. A pauta dos jovens sem pauta comum. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 17 nov. 2011. Caderno Ilustrada. E14. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrada/9335-a-pauta-dos-jovens-sem-pauta-comum.shtml>>. Acesso em: 18 jun. 2018.
- CAMPOS, S. E. A. et al. O lazer cotidiano do Jardim Gonzaga - São Carlos. In: ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER - LAZER E TRABALHO: NOVOS SIGNIFICADOS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, 15., 2003, Santo André. *Anais...* São Carlos: UFSCar, 2003. p. 1-12. Disponível em: <<http://www.ufscar.br/~defmh/spqmh/pdf/enarelgonz.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2018.
- CASTEL, R. Da indignância à exclusão, a desfiliação, precariedade do trabalho e a vulnerabilidade relacional. In: LANCETTI, A. (Org.). *Saúde e loucura*. São Paulo: Editora Hucitec, 1994. p. 21-48.
- DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 24, p. 40-52, 2003. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782003000300004>.
- DEBERT, G. G. A dissolução da vida adulta e a juventude como valor. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 16, n. 34, p. 49-70, 2010. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832010000200003>.
- GOHN, M. G. Os jovens e as praças dos indignados: territórios de cidadania. *Revista Brasileira de Sociologia*, Brasília, v. 1, n. 2, p. 203-221, 2013. Disponível em: <<http://sbsociologia.com.br/revista/index.php/RBS/article/view/48/0>>. Acesso em: 18 jun. 2018.
- GOMIDE, A. A. Mobilidade urbana, iniquidade e políticas sociais. *Políticas Sociais Acompanhamento e Análise*, Brasília, n. 12, p. 242-250, 2006. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/ensaio5_alexandre12.pdf>. Acesso em: 12 out. 2018.
- LAFER, C. A reconstrução dos direitos humanos: a contribuição de Hannah Arendt. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 11, n. 30, p. 55-65, 1997. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141997000200005>.
- LOPES, R. E. Cidadania, direitos e terapia ocupacional social. In: LOPES, R. E.; MALFITANO, A. P. S. (Org.). *Terapia ocupacional social: desenhos teóricos e contornos práticos*. São Carlos: EdUFSCar, 2016. p. 29-48.
- LOPES, R. E. et al. Juventude pobre, violência e cidadania. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 63-76, 2008. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902008000300008>.
- LOPES, R. E. et al. Recursos e tecnologias em terapia ocupacional: ações com jovens pobres na cidade. *Cadernos*

de *Terapia Ocupacional da UFSCar*, São Carlos, v. 22, n. 3, p. 591-602, 2014. <http://dx.doi.org/10.4322/cto.2014.081>.

MALFITANO, A. P. S. Campos e núcleos de intervenção na terapia ocupacional social. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 1-8, 2005. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v16i1p1-8>.

MENDES, J. T. N.; TORRES, C. C. Juventude e seus territórios usados: um estudo em Campos dos Goytacazes. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 5., 2011, São Luís. *Anais...* São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2011. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/nugea/files/2010/09/Jornada-Maranhao.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2018.

MUNGUBA, M. C.; MALFITANO, A. P. S.; LOPES, R. E. Debate over the “social question” in occupational therapy: an integrative review. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, São Carlos, v. 26, n. 4, p. 892-903, 2018. <http://dx.doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAR1748>.

NEVES, A. T. L.; MACEDO, M. D. C. A terapia ocupacional social na assistência ao idoso: história de vida e produção de significados. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, São Carlos, v. 23, n. 2, p. 403-410, 2015. <http://dx.doi.org/10.4322/0104-4931.ctoRE0557>.

PEDROSO, S. F. Sobre o conceito de prática social: funcionamento e efeitos nas abordagens da linguagem em movimento. *Revista Tabuleiro de Letras*, Salvador, n. 7, p. 64-86, 2013. Disponível em: <<http://www1.ufmt.br/ufmt/unicidade/userfiles/publicacoes/df3e3f8385273c31816b2c21b23b7c7.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2018.

PEREIRA, P. E.; MALFITANO, A. P. S. Atrás da cortina de fumaça: jovens da periferia e a temática das drogas. *Saúde & Transformação Social*, Florianópolis, v. 5, n. 1, p. 27-35, 2014. Disponível em: <<http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/saudeetransformacao/article/view/2626/3645>>. Acesso em: 12 out. 2018.

ROSA, T. T. *Fronteiras em disputa na produção da cidade: a trajetória do “Gonzaga” de favela a bairro de periferia*. 2008. 217 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279437>>. Acesso em: 12 out. 2018.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. (Org.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 255-261.

SILVA, M. N. *A favela como expressão de conflitos no espaço urbano do Rio de Janeiro: o exemplo da zonal sul carioca*. 2010. 157 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=16168@1&msg=28#>. Acesso em: 6 out. 2018.

SILVA, C. D.; SOUZA, L. B. O plantio que virou plantação: germinar relações para semear vínculos. In: LOPES, R. E.; MALFITANO, A. P. S. (Org.). *Terapia ocupacional social: desenhos teóricos e contornos práticos*. São Carlos: EdUFSCar, 2016. p. 365-370.

SOUZA, L. B. *Memória e ação territorial: da história do Jardim Gonzaga às bases de intervenção em terapia ocupacional social*. 2010. 86 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Terapia Ocupacional) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCar. Departamento de Terapia Ocupacional. São Carlos, 2018. Disponível em: <<http://www.dto.ufscar.br/laboratorios-1/laboratorio-metuiua>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

VIERO, V. C.; BARBOSA FILHO, L. C. Praças públicas: origem, conceitos e funções. In: JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO, 2009, Santa Maria. *Anais...* Macapá: CEAP, 2009. p. 1-3. Disponível em: <<http://www.ceap.br/material/MAT1511201011414.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2018.

Contribuição dos Autores

As reflexões deste artigo decorrem de atividades de ensino, pesquisa e extensão da equipe do METUIA/UFSCar. Marina Jorge da Silva, Marina Leandro Oliveira e Ana Paula Serrata Malfitano participaram das referidas atividades e da concepção, redação, revisão do trabalho. Todos os autores aprovaram a versão final do texto.

Fonte de Financiamento

O trabalho contou com o financiamento do Programa de Extensão Universitária (PROEX-UFSCar) e foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Notas

¹ O Projeto METUIA é um grupo interinstitucional de estudos, formação e ações em Terapia Ocupacional Social, cujo objetivo é atuar pela cidadania de sujeitos em processo de ruptura das redes sociais de suporte. Reúne professores, pesquisadores, profissionais, alunos de graduação e de pós-graduação em torno das temáticas da formação, da pesquisa e da atuação em Terapia Ocupacional Social. Atualmente encontra-se nucleado em seis diferentes Universidades: USP (Universidade de São Paulo), UFSCar (Universidade Federal de São Carlos), UNIFESP (Universidade Federal de São Paulo), UFES (Universidade Federal do Espírito Santo), UnB (Universidade de Brasília) e UFPB (Universidade Federal da Paraíba). Informações disponíveis no sítio eletrônico do Departamento de Terapia Ocupacional da UFSCar (UNIVERSIDADE..., 2018).